

AS REPERCUSSÕES DAS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS NA DINÂMICA DE VIDA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA*

IMPACT OF PROFESSIONAL INTERVENTION IN THE LIFE DYNAMICS OF WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE.

CARLA DA SILVA**

Resumo

O presente artigo busca analisar e compreender a repercussão das ações desenvolvidas nos serviços de atenção ONG SOS Ação Mulher e Família e Centro de Referência e Apoio à Mulher – CEAMO da cidade de Campinas, SP/Brasil, na dinâmica de vida da mulher vítima de violência doméstica. Nesse estudo procura-se mostrar as intervenções desenvolvidas e aplicadas pelas profissionais das duas instituições como estratégias para o rompimento do ciclo da violência. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa por meio de grupo de reflexão e entrevistas individuais, sendo o grupo formado por cinco mulheres ex-usuárias do SOS, e as entrevistas feitas com quatro mulheres ex-usuárias do CEAMO. Os resultados apontaram que as intervenções executadas pelas profissionais dos serviços de atenção repercutiram positivamente na dinâmica de vida das mulheres, transformando sua realidade e contribuindo para o rompimento do ciclo da violência.

Palavras chave: violência doméstica contra a mulher, intervenção, cultura.

Abstract

This article aims to analyze and understand the impact of actions developed in the NGO SOS Ação Mulher e Família and Centro de Referência e Apoio à Mulher – CEAMO, attention services from Campinas, SP/Brazil, in the life dynamics of women victims of domestic violence. This study attempts to show the interventions developed and applied by professionals from both institutions as strategies to break the violence cycle. The methodology used was qualitative research through focus group and individual interviews, with a group of five women who had previously used the SOS service, and interviews conducted with four

* Esse artigo é fruto da dissertação de mestrado intitulada “Uma Realidade em Preto e Branco: as mulheres vítimas de violência”, defendida em 04 de maio de 2011 na PUC São Paulo.

** Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista/Aprimoramento em Violência Urbana, Saúde e Serviço Social, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Assistente Social. Professora da graduação em Serviço Social do Instituto Superior de Ciências Aplicadas- ISCA e Centro Universitário Amparense - UNIFIA. E-mail: carla_servicosocial@yahoo.com.br

women who had previously used the CEAMO service. Results showed that the interventions performed by attention service professionals reflected positively in the dynamics of women's lives by transforming their reality and helping them break the cycle of violence.

Key words: domestic violence against women, intervention, culture.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y comprender el impacto de las acciones desarrolladas en los servicios de atención ONG SOS Ação Mulher e Família y Centro de Referência e Apoio à Mulher – CEAMO, de la ciudad de Campinas, SP/Brasil, en la dinámica de la vida de las mujeres víctimas de la violencia doméstica. Este estudio intenta demostrar las intervenciones desarrolladas y aplicadas por profesionales de ambas instituciones, como las estrategias para romper el ciclo de la violencia. La metodología utilizada fue la investigación cualitativa a través de grupos focales y entrevistas individuales, con un grupo de cinco mujeres ex-usuarias del servicio SOS, y las entrevistas realizadas con cuatro mujeres ex-usuarias del servicio CEAMO. Los resultados mostraron que las intervenciones realizadas por las profesionales de los servicios de atención, se reflejaron positivamente en la dinámica de la vida de las mujeres mediante la transformación de su realidad y ayudando a romper el ciclo de violencia.

Palabras clave: violencia doméstica contra la mujer, intervención, cultura.

Introdução

Para abordar o tema proposto, considero importante esclarecer que analisarei as repercussões das ações profissionais pautada em minha experiência enquanto assistente social, pelo período de dois anos e meio (2007 a 2010), na ONG SOS Ação Mulher e Família, localizada na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. Nesse período, o trabalho com as vítimas de violência estava sendo dividido e executado em conjunto com o Poder Público da cidade de Campinas, representado pelo CEAMO.

Cada intervenção exposta nesse trabalho compunha nosso roteiro de atendimento, tanto no SOS quanto no CEAMO. Essas ações motivaram esse estudo, com o objetivo de se poder avaliar o resultado do trabalho e as suas repercussões na dinâmica de vida das usuárias, como meio de aprimorar as técnicas e metodologias aplicadas, visando amenizar os impactos da violência na vida mulher e da sua família. Cabe se ressaltar que foram respeitados todos os pressupostos e princípios éticos e, pelo sigilo, os nomes das mulheres participantes foram substituídos por cores. Todos os depoimentos foram devidamente autorizados pelas depoentes, através do termo de consentimento livre e esclarecido.

Dentro desse contexto, traço algumas reflexões acerca da violência doméstica contra mulher, que desperta nas pessoas, e principalmente nos profissionais que atuam nesta área, a necessidade de sua compreensão como questão social, por se perceber que há um adoecimento de todos no espaço do lar. Idealizado como espaço privado, de refúgio, compreensão, proteção e respeito, esse lar se transforma muitas vezes em palco de destruição e de terror, causando em seus moradores sofrimento, dor, desespero e medo, em face das pessoas que deveriam exercer a cumplicidade e o amor. Desta forma, rouba-se uns dos outros o colorido da vida.

Entende-se por violência doméstica contra a mulher a manifestação das relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres, oriundas da ordem patriarcal arraigada em nossa sociedade, que perpetua a situação de ignorância e inferioridade da mulher como sendo um atributo natural, inerente a um papel social a ser desempenhado.

Conforme a definição da autora Saffioti (2007: 79-138), “a violência contra mulher é constituída das relações entre homens e mulheres, construídas e fundadas historicamente na ordem patriarcal” e ocorre, em sua maioria, no âmbito doméstico e dentro das relações afetivas.

A violência doméstica contra mulher¹ se tornou um grave problema de saúde pública e social, que persiste em pleno século XXI e merece total atenção, visto que apresenta uma frequência elevada, acarretando graves consequências para a vítima, família, comunidade e para a economia do país, no que tange aos gastos com serviços de saúde e com assistência social.

Para se ter uma idéia da expansão dessa realidade, na América Latina a violência doméstica contra a mulher incide sobre 25% a 50% das mulheres, e os custos com a violência doméstica são da ordem de 168 bilhões de dólares (Pesquisa Data SUS, 1998).

No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é violentada (Pesquisa Perseu Abramo, 2001). Dos crimes contra a mulher, 70% acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro, e ainda 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos, impactando diretamente na economia, em aproximadamente 10,5% do PIB (Produto Interno Bruto) - custos esses provenientes do sistema de saúde geral e da mulher, polícia, Poder Judiciário e órgãos de atenção e apoio à mulher que estão espalhados em todo o território brasileiro.

No estado de São Paulo, 29% das mulheres que já tiveram relações íntimas com homens afirmaram que já foram vítimas de agressões físicas ou sexuais cometidas por um parceiro (Pesquisa realizada pelo Centro Feminista de Estudos da mulher e Assessoria- CFMEA-2007).

¹ Em razão da variedade de nomeações relacionadas à violência contra a mulher, neste estudo será adotada a expressão “violência doméstica contra a mulher”, tomando como elemento que a caracterize, as dimensões física, psicológica e sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, na forma de cônjuge e ex-cônjuge, dentro das relações de afeto, ocorridos no ambiente doméstico. Heise (1994) considera que os resultados de estimativas de violência são, muitas vezes, de difícil comparação, em função, principalmente, da variedade de nomeações atribuídas à violência contra a mulher.

No interior do estado de São Paulo, em específico na cidade de Campinas, uma metrópole com cerca um milhão de habitantes, os índices de violência contra mulher estão em elevação. Segundo os dados da Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, em 2008 foram registradas 4.162 ocorrências de violência contra mulheres, contra 6.173 em 2009. Isso significa um aumento de 48% de ocorrências registradas através de Boletins de Ocorrência na DDM.

A partir desses dados, podemos observar o quanto a violência é uma questão que ocorre independentemente do desenvolvido econômico ou social de uma nação, estado ou município.

A violência presente nas relações de gênero é um sério problema de saúde para as mulheres em todo o mundo. Para se ter como exemplo, a violência doméstica e o estupro são considerados a sexta causa de anos de vida perdidos por morte ou incapacidade física em mulheres de 15 a 44 anos – mais que todos os tipos de câncer, acidentes de trânsito e guerras. Assim, o reflexo desse problema é nitidamente percebido no âmbito dos serviços de saúde, seja pelos custos que representam, seja pela complexidade do atendimento que demanda. (Heise, 1994).

Trata-se de números que alarmam, chocam, ocasionando dor e sofrimento à vítima e à sociedade. Todavia, esse pode ser um grito de socorro positivo, que mobilize planejamento e ações, oriundos das organizações públicas e privadas (ONG, OSCIP, movimentos sociais) na busca de soluções viáveis para sanar os problemas decorrentes desta situação. Sem dúvida, exige ações em conjunto e condizentes com a realidade, voltadas tanto para a prevenção quanto para a atenção, com objetivo único da coibição e erradicação da violência.

O combate à violência contra a mulher começou a ter visibilidade por meio das manifestações e reivindicações do movimento feminista, iniciado na década de 70. As militantes se organizaram e criaram os SOS, tendo como objetivo oferecer à vítima-mulher um espaço de proteção, orientação e reflexão acerca da violência. Em 1986, foi criada a Delegacias de Defesa das Mulheres – DDM, fruto dessas reivindicações, que possibilitou a garantia dos direitos das mulheres e a criminalização da violência. As DDMs se espalharam por todo o território brasileiro, se consolidando como uma das principais políticas públicas no combate à violência contra a mulher.

Paralelamente, o movimento de mulheres foi adentrando no território político e conquistando espaços importantes que repercutiram na inclusão do debate, na agenda pública, sobre as principais demandas das mulheres, bem como a necessidade de uma instância em nível estatal responsável para atendê-las.

Nesse passo, em 2003 foi implantada a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres com o objetivo de propor, coordenar e executar políticas públicas para mulheres que contemplem a equidade de gênero. Foram criados, também, os Conselhos dos Direitos da Mulher em nível nacional, estadual e municipal.

Em 2006, a justiça reconhece como crime a violência doméstica contra mulher, com a promulgação da Lei 11.340/ 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Posteriormente, foram criados os abrigos especializados para acolher e proteger as vítimas em situações de risco de morte, junto com seus filhos.

Concomitante a tudo isso, os SOS foram adquirindo experiências, e os serviços públicos reconhecendo a importância do atendimento às vítimas. Esse movimento possibilitou a soma da experiência do privado com a responsabilidade do poder público, formando os serviços de atenção à mulher vítima de violência.

Para se analisar as estratégias dos serviços e suas repercussões na vida das usuárias, foram escolhidas duas instituições da cidade de Campinas, metrópole do estado de São Paulo, Brasil, a ONG² SOS Ação Mulher e Família e o Centro de Referência e Apoio à Mulher – CEAMO, OG³.

As escolhas das instituições se deram pelo fato de serem as únicas na cidade de Campinas que trabalham com mulheres e suas famílias, vítimas de violência, além de serem especialistas no que tange à especificidade das intervenções junto a esta população.

Cabe ressaltar que ONG SOS Ação Mulher e Família nasceu do movimento feminista, em 1980 e, desde então, atua e presta serviços neste contexto. Já o Centro de Referência e Apoio à Mulher – CEAMO é uma resposta estatal às lutas, reivindicações e conquistas das mulheres, tendo sido formado em 2002 através da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, sendo, atualmente, considerado e reconhecido como referência em política pública específica para este segmento.

O SOS, assim como o CEAMO, desenvolveu técnicas de intervenção que tentam acoplar todas as nuances da complexidade da violência, prestando acompanhamento sistemático às mulheres vítimas de violência doméstica, comportando a família como um todo, inclusive o agressor. Utilizando-se de estratégias pautadas no empoderamento da mulher, há o entendimento de que a vítima tem a capacidade individual ou coletiva de utilizar os seus próprios recursos para atuar com responsabilidade no espaço público, influenciando também o seu meio e resgatando, assim, sua cidadania e autonomia, enquanto sujeita da sua vida.

² ONG - Organização Não Governamental, sem fins lucrativos e organizados pela sociedade civil.

³ OG - Órgão Governamental, público.

As Técnicas de Intervenções dos serviços de atenção

As equipes do SOS e do CEAMO delinearão os primeiros atendimentos pautados em dois pontos norteadores de ações posteriores.

O primeiro ponto é a percepção do estado físico e mental que a vítima se encontra. Essa investigação se baseia na coerência e consistência do relato e no comportamento apresentado.

Como a maior parte da problemática das mulheres que procuraram os serviços de atenção é oriunda de relação de afeto, o segundo ponto consiste na identificação da co-dependência da mulher em relação à submissão ao homem e permanência no relacionamento, considerando-se fatores emocionais e sociais.

Uma pessoa co-dependente é alguém que, para manter uma sensação de segurança ontológica, requer outro indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, para definir as suas *carências*; ela ou ele não pode sentir autoconfiança sem estar dedicado às necessidades dos outros. Um relacionamento co-dependente é aquele em que o indivíduo está ligado psicologicamente a um parceiro, cujas atividades são dirigidas por algum tipo de compulsividade. Chamarei de relacionamento fixado aquele em que o próprio relacionamento é objeto do vício. (Giddens, 1992: 101).

Acredita-se que as mulheres que suportam a violência de seus parceiros por um longo tempo estabelecem essa relação. Para Giddens (1992: 102), esse relacionamento fixado tem uma de suas causas na falsa impressão de segurança no parceiro, não sendo a mulher capaz de se sentir segura fora dessa relação ou por si mesma. O autor complementa: “Os relacionamentos fixados em geral presumem uma divisão de papéis”.

Os fatores econômicos e sociais estão presentes nessa relação de co-dependência. O segundo ponto é crucial, pois a compreensão e a identificação dessa situação requer da profissional cuidados referentes à condução no atendimento e nos futuros.

Na maioria dos casos, a usuária tende a transferir a relação de dependência para a equipe, buscando um porto seguro, no que concerne aos direcionamentos existentes para sua situação, tais como definições do seu lugar e, principalmente, tomada de decisões, sem que tenha a preocupação e a responsabilidade nas soluções resultantes. É comum a vítima, ao se deparar com as diversas possibilidades para que escolha seu próprio modo a seguir, esperar pela solução externa, sem que tenha que tomar nenhuma decisão sobre a condução da sua vida.

Neste sentido, as duas equipes de atenção desenvolvem um trabalho de sensibilização para esclarecer que a função do atendimento é pautada na orientação e no direcionamento. Assim, a escuta qualificada possibilita apurar os recursos internos e externos de cada usuária, para criar mecanismos de orientação que enfatize pequenos detalhes, relatados e percebidos no decorrer do atendimento, como estratégia de fortalecimento e conscientização sobre a sua autonomia, enquanto sujeita da sua história e da sua vida. Vejamos o depoimento da ex-usuária do serviço de atenção:

ela quer mesmo me ajudar [profissional], sabe aquela acolhida, aquele colo, aí depois ficou aquilo, separa ou não separa, falei com a advogada, com a psicóloga e com a assistente social. [...] comecei a descobrir como eu estava falante, somente depois eu percebi. Sabe o que mais foi interessante, foi que eu comecei a enxergar que realmente eu existo, que eu não tinha que doar tudo não, é ao contrário. (Verde).

Entende-se por autonomia ter liberdade, poder fazer suas próprias escolhas. Segundo o dicionário Aurélio, “A autonomia é a faculdade de se governar por si mesmo [...] é a condição pela qual o homem escolhe as leis que regem sua conduta com autodeterminação, liberdade, independência moral ou intelectual”, sendo este um elemento primordial para a libertação do jugo da violência.

Para ter eficácia e promover mudanças concretas nas condições de violência, principalmente em casos graves – crônicos⁴, o vínculo entre profissional e usuária é essencial para a libertação da co-dependência e, conseqüentemente, das amarras da violência. Giddens explica que “A decisão de agir envolve, em geral, a garantia da ajuda de outras pessoas externas ao próprio relacionamento viciado, pois este é um modo fundamental para vencer a distancia inicial e, também de apoio” (1992: 104). Podemos afirmar que os serviços de atenção funcionam como uma ponte (suporte) que empodera a mulher para, assim, atravessar e conquistar sua autonomia e rescindir com o ciclo da violência.

A técnica do empoderamento é aplicada pelas duas instituições estudadas, entendendo-se que essa ferramenta de intervenção proporciona a transformação na relação e na vida da mulher vítima de violência. “Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus

⁴ Casos considerados graves: Quando a mulher e sua família corre risco iminente de vida, sofreu ou sofre violências sexuais e físicas com ou sem lesão, tentativa de assassinato, ameaças de morte constantes, está presa ao controle psicológico do agressor, não tem rede de apoio (familiares, amigos e vizinhos), tem agravantes tanto por parte do agressor como da vítima (álcool, drogas, tráfico, antecedentes criminais e transtornos psiquiátricos) e é reincidente. Casos crônicos: Quando a mulher está há muito tempo exposta à violência, chegando ao ponto de naturalizar a violência sofrida - classificação elaborada pelo SOS e disponível em documentos na entidade.

próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Costa, 2008:7).

O conceito de empoderamento – *Empowerment*, surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos na década de setenta. Segundo Costa (2008), o termo foi incorporado pelo movimento de mulheres na mesma época, compreendendo-se o empoderamento como meio de alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de submissão e subordinação das mulheres como gênero. Para as feministas, as mulheres se tornam empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais, proporcionando-se, assim, sua libertação.

Retomando, tanto as profissionais do SOS quanto do CEAMO compreendem que, para empoderarem, as mulheres devem melhorar a auto-percepção que têm sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e de despertar para os seus direitos. Para isso, o oferecimento de orientações e encaminhamentos pontuais não é suficiente, sendo necessária a intervenção contínua em todos os níveis – cultural, social e familiar. Para ilustrar a repercussão dessa técnica, vejamos o depoimento de uma ex-vítima de violência:

foi fundamental o SOS na minha vida pessoal, profissional, na minha vida familiar e social, estou conseguindo, a partir daqui, até me interagir na sociedade, antes eu não conseguia, jamais tinha uma vida social, por conta de muito preconceito. Estou conseguindo superar de vargazinho, passo a passo, o SOS me pôs em um caminho, sabe, ele abriu a janelinha e aos pouquinhos eu consegui segurar e, aliás, espalhar segurança. (Azul).

Para que seja alcançado esse resultado, as equipes se utilizam do acompanhamento sistemático, sendo este pautado em atendimentos contínuos, realizado sempre por duplas de profissionais de disciplinas diferentes. Com isso, são construídos, em conjunto com a mulher, planos de ação embasados nos parâmetros do empoderamento de Stromquist (*apud* Costa, 2008), que são:

- Construção de uma auto-imagem e confiança positiva;
- Desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente;
- Construção da coesão de grupo;
- Promoção da tomada de decisões;
- Ação.

Esse processo de avanço da mulher se dá através de cinco níveis de igualdade:

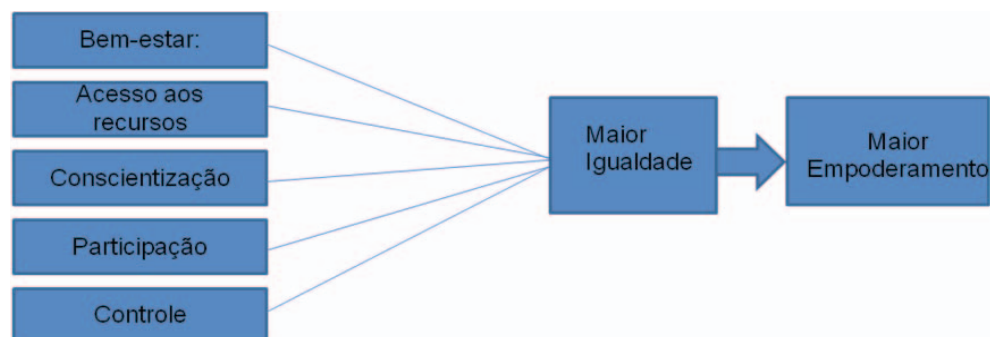


Figura adaptada de Costa (2008).

Ainda segundo esta autora, uma perfeita definição de empoderamento deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

O componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação, assim como com as causas desta em níveis micro e macro da sociedade; envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas, mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais.

O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que a mulher pode por em prática a nível pessoal e social para melhora de sua condição, assim como a ênfase na crença de que pode ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e autoestima são fundamentais.

Por sua vez, o componente político supõe analisar o meio em termos políticos e sociais, enquanto que o componente econômico supõe a independência econômica das mulheres.

Esses componentes são trabalhados pelas profissionais do SOS e CEAMO em dois níveis, individual e grupal.

Em nível individual, transcorrem nos atendimentos com a aplicação de instrumentais⁵⁶ como, por exemplo, anamnese, composta por história de vida pessoal, do agressor, intergeracional e relacionamentos anteriores. Este instrumental é utilizado com o intuito de identificar padrões de repetição e, paralelamente, de fortalecer a usuária através de apontamentos que foram positivos na sua trajetória de vida, para assim reforçar sua capacidade de superar e romper com a violência.

⁵ Os instrumentais foram e são elaborados por cada equipe, ou seja, o SOS tem o seu roteiro assim como o CEAMO, esses dados foram colhidos, a partir da comparação em comum contido.

Em nível grupal, são abordadas questões sobre a cultura patriarcal, seus padrões de submissão, controle e machismo; com esses grupos educativos, as mulheres se encontram e percebem que seus problemas não são privados, e que suas formas de educação aprendidas estão enraizadas na propagação da cultura patriarcal. Essa reflexão tem como objetivo desconstruir estereótipos de comportamento e, sucessivamente, propagar a possibilidade de mudança através de ações educativas.

O apoio, a instrução, além do carinho, do calor de gente, de ser humano, que a gente recebe aqui. Tem um profissional mesmo, são preparados para isso, à medida que vai melhorando, um caso outro caso, vai se aprimorando mais ainda o profissionalismo, então assim, o SOS é de suma importância na minha vida, mesmo [...]. Cresci aqui dentro, agora tenho consciência. (Verde).

Cabe ressaltar que as ações e intervenções descritas foram construídas e aprimoradas a partir do diálogo direto com as mulheres vítimas de violência, transformando-as em protagonistas de suas próprias histórias de vida, com melhores condições emocionais, econômicas e sociais.

O resultado das intervenções

No meu caso em particular, foi fundamental na hora que mais precisei, ajudando a descobrir e a entender quem eu era, ao mesmo tempo não tão fraca como imaginava e nem tão forte como a rocha como eu imaginava ser, o que me ajudou a sair da condição de auto-piedade. Nessa condição que eu me via, porque tudo para mim era só eu - depois do atendimento que eu passei aqui, eu consegui tomar uma decisão tão importante na minha vida, que eu acho que não conseguiria, aliás, eu tenho certeza que não conseguiria. Consegui até me separar, o que foi muito bom para mim, eu consegui olhar para dentro de mim e dizer: bom, é isso aí! Eu preciso viver e não só rever valores, rever assim a vida, porque não quero mais entrar na condição da auto-piedade. (Azul).

O trabalho das duas instituições foi corroborado e elogiado pelas mulheres, que sugeriram sua continuação, mesmo sem estar mais vivendo situações de violência, simplesmente pelo vínculo e o respeito conquistado e construído pelas profissionais, o que denota que o caminho escolhido para intervir nesse contexto tem resultados plausíveis e não mensuráveis, todavia, a sociedade e as mulheres sentem suas transformações efeitos.

Apontamos que as intervenções executadas pelas profissionais dos serviços de atenção de Campinas, pautadas no acolhimento, na escuta qualificada, no respeito ao tempo emocional de cada mulher e no empoderamento repercutiram positivamente na dinâmica de vida das mulheres, transformando sua realidade e contribuindo para o rompimento do ciclo da violência. Consta-se que as profissionais do SOS e do CEAMO efetuam o trabalho com presteza, tendo seus resultados impactados diretamente na desconstrução da cultura machista, cumprindo, assim, o objetivo dos serviços de atenção em tratar, amenizar e coibir a violência contra mulher.

Podemos afirmar que o trabalho, em consonância com a educação igualitária, a garantia de direitos, a proteção e o empoderamento das mulheres vítimas de violência, poderá provocar profundas mudanças na sociedade, intencionando a construção de um novo paradigma de igualdade material entre homem e mulher, na busca de uma sociedade mais justa onde a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana sejam suas bases concretas.

Podemos concluir que a violência contra mulher não é simplista e, muito menos, somente mais uma manifestação da crueldade, mas um produto da cultura machista engendrada na nossa sociedade há milênios. Sendo assim, sua erradicação significa desconstruir valores sociais e culturais impostos pela desigualdade entre os gêneros.

Bibliografia

Brasil, Presidência da República. Lei 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006. Acessado em 10/10/2010, a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Costa, Ana Alice. (2008). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Acessado em 01/02/2010, a partir de http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf

Giddens, Anthony. (1992). *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. 4ª ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Fundação Editora UNESP. pp. 95-110.

Heise, Loire. (1994). Gender-based abuse: The global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl.1), 135-145. Acessado em 01/02/2010, a partir de www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a09.pdf

Instituto Patrícia Galvão. (2009). *Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil*. Pesquisa Ibope/Instituto Avon. Acessado em 02/02/2010, a partir de <http://www.patriciagalvao.org.br/violencia.htm>

Pesquisa Data SUS. (1998). A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública. *Conferência Nacional de Saúde On Line*. Acessado em 02/02/2010, a partir de http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm

Pesquisa Perseu Abramo. (2001). Acessado em 02/022010, a partir de www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. (2007). *Gênero, Patriarcado, Violência*. 1º reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.